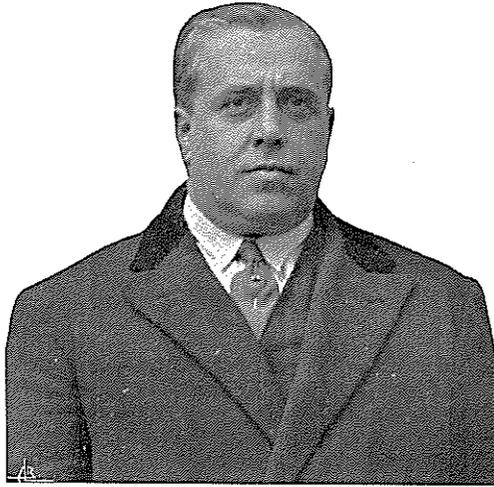


VÁRIA

Prof. Alexandre Rodriguez Cadarso



Prof. Alexandre Rodriguez Cadarso
(1887-1933)

A última vez que estive com o prof. Rodriguez Cadarso foi em Agosto, em Lugo, nas III Jornadas Médicas Galegas, a que as Faculdades de Medicina de Lisboa e Pôrto enviaram larga e brilhante representação.

Recordo neste instante a sessão inaugural, sob a presidência do Ministro do Interior sr. Casares Quiroga, na bela sala de conferências do Palácio da Deputação Provincial, em que Portugal e os portugueses foram tão carinhosamente saudados, e parece-me ouvir ainda o verbo eloqüente de Cadarso evocar, com rara elevação e brilho, com aquele sentimento de que tôdas as suas palavras se impregnavam, as passadas glórias de Portugal e Espanha, e a cooperação de espanhóis e portugueses na era magnífica dos grandes descobrimentos.

Recordo a esplêndida sessão de trabalhos, que ocupou tôda a manhã seguinte, dedicada, por gentileza penhorante dos colegas espanhóis, ao Instituto Português de Oncologia e que os portugueses quiseram transformar em comovente e justa homenagem ao eminente cirurgião Goyanes, a cujos esforços se deve o Instituto do Cancro de Madrid. E revejo a satisfação e a actividade de Cadarso e de Bacariza, Presidente e Secretário das Jornadas, que não só durante aquela sessão, mas em todo o tempo da inolvidável reunião médica de Lugo, nos cumularam de atenções, que difficilmente poderemos esquecer.

Recordo ainda o entusiástico brinde de Cadarso, breve mas trasbordante de vida como sempre, no banquete oficial, referindo-se com muito aprêço à representação portuguesa e propondo, por entre vibrantes e prolongados aplausos, que, em virtude da colaboração que Portugal havia prestado às Jornadas Médicas desde as primeiras, na Corunha, estas passassem a designar-se « Jornadas Galaico-Portuguesas ».

Recordo, por fim, a nossa despedida na manhã imediata, em que deixei a acolhedora *cidade das muralhas*. Abraçámo-nos, e « até Santiago », dissemos um ao outro alegremente. Era mais uma prova da sua amizade a Portugal e do ardente desejo que o ani-

mava de ver intensificar-se a colaboração das Faculdades médicas portuguesas e da congénere de Santiago, onde Rodriguez Cadarso ocupava um lugar do maior destaque e relêvo.

Mas, desgraçadamente, nunca mais verei tão querido amigo, e foram aquelas as nossas despedidas neste mundo. Aqui deixo algumas palavras de homenagem à saudável memória da alta e nobre figura do insigne Reitor da Universidade Compostelana, de quem os portugueses guardarão para sempre a mais terna e agradável recordação.

O prof. Alexandre Rodriguez Cadarso, natural de Noya, morto trágicamente, com 46 anos apenas, no dia 15 de Dezembro, perto de Lubián, vítima de um lamentável acidente de automóvel, — quando se dirigia, acompanhado pelo dr. Francisco Bacariza, para Madrid, no intuito de realizar conferências na Escola do Trabalho e tomar parte nas lides parlamentares, — era catedrático muito ilustre de Anatomia na Faculdade de Medicina de Santiago de Compostela e, desde 29 de Março de 1930, Reitor da Universidade galega, que lhe fica devendo os mais assinalados serviços. Com efeito, no desempenho de tão espinhoso cargo, e ainda como deputado às Côrtes, pugnou sempre pelo prestígio e progresso do velho estabelecimento de ensino, de tradições gloriosas, em cujo paraninfo, transformado em câmara ardente, mestres e alunos agora triste e comovidamente prestaram ao seu cadáver as derradeiras homenagens ⁽¹⁾.

A última lição de Rodriguez Cadarso — discípulo dilecto do considerado professor de Anatomia Francisco Romero Blanco, — lição que um aluno recorda piedosamente no *Faro de Vigo* — versou sobre o esfendide, — mau agouro, pois o morcego com as asas bem abertas anunciava o grande vôo fatal... «Durante mais de uma hora (escreve o discípulo), o douto entre os doutos, explica aos seus alunos os pormenores desta peça anatómica; os mais pequenos caracteres são postos em relêvo com a claridade e beleza de exposição de quem possuía entre os seus dotes o de quente orador. As asas do morcego parecem preságio de um vôo. Simbolismo ou não, o doutor Cadarso explicava naqueles instan-

(1) Aluno interno da Faculdade de Medicina (Anatomia descritiva) em 2 de Dezembro de 1903; licenciado em 10 de Junho de 1908; auxiliar interino da Faculdade (3.º grupo) em 7 de Fevereiro de 1911; auxiliar efectivo do 1.º grupo em 2 de Março de 1913; catedrático de técnica anatómica, em Sevilha, em 6 de Abril de 1916 e, finalmente, nomeado catedrático de Anatomia descritiva e Embriologia de Santiago em 30 de Novembro de 1916. Desempenhou também o cargo de Vice-reitor da Universidade (nomeado em 4-11-1929).

tes a última lição da sua vida, de uma vida consagrada à Ciência. A Anatomia em seus lábios adquiria caracteres de deleite. A linguagem gráfica do falecido Reitor era alguma coisa de surpreendente pelo que tinha de instrutivo, alguma coisa que não se podia esquecer.» Terminada a lição, trocou, como sempre, com espírito de camarada, breves palavras com os seus alunos. «Habia concluido la clase y habia concluido también su labor personal docente en esta vida.»

Por seu turno, o dr. José Zunzunegui, no mesmo periódico, ainda sob a forte comoção produzida pela notícia do horrível desastre, que cobriu de luto a Galiza inteira, relembra, enternecidamente, a figura e as lições do Mestre, cuja perda a Universidade compostelana por largo tempo há-de chorar: «Aun me parece verlo desde los escaños del ruinoso anfiteatro de Fonseca, en aquellas admirables conferencias de Anatomia, declamadas con toda la arrogancia y gentileza de un tribuno romano, con voz potente y cadenciosa, de sonoridade orquestral.»

Os dotes de prelector eloqüente, que possuía o anatómico de Santiago, cuja palavra fácil, elegante e comunicativa prendia por completo — sem esforço, antes com raro prazer — a atenção de quem o ouvia, foram bem patenteados e apreciados nesta cidade, não há muito ainda, na bela conferência, realizada a convite da Faculdade de Medicina, em que versou o tema da etio-patogenia da elevação congénita da omoplata.

Foi isto em fins de Janeiro, última vez que o desditoso amigo percorreu as dependências do nosso Instituto de Anatomia, e teve ensejo de visitar o seu então recente laboratório de Radiologia, secção que particularmente o interessava, pois, como de sua boca ouvi, o professor Cadarso todos os anos fazia aos alunos um curso de Radiologia anatómica, tal a importância que ligava aos ensinamentos trazidos pelos Raios X para actualizar e vivificar a aprendizagem daquela disciplina, fundamental para antropologistas, médicos e cirurgiões.

Nesta mesma ocasião visitou o prof. Cadarso o Instituto de Antropologia, onde, acompanhado sempre pelo devotado Director da Faculdade de Medicina de Santiago, prof. Novo Campelo, — grande amigo também de Portugal, — examinou com esclarecida atenção e vivo interesse, demonstrando assim a cultura do seu espírito — como frisou o prof. Mendes Corrêa (*O Primeiro de Janeiro* de 5 de Fevereiro) — não só os trabalhos de Antropologia anatómica, mas também os materiais de arqueologia prè-histórica, falando «com detalhes técnicos, das novas aquisições feitas, nêsse campo, pela sua Universidade, que precisamente organizou importantes escavações nalguns castros galegos».

Devia adorá-lo a academia e creio que o adorava. Não fôra, na verdade, Cadarso o amigo e guia dos estudantes, a autoridade académica, inteligente e ilustrada, que, pelo seu tacto, senso e bondade, conseguira encontrar sempre soluções satisfatórias em momentos críticos da vida universitária? Não fôra, de facto, Cadarso o animador e realizador entusiasta dessa *Residência de Estudantes*, por amor da qual percorrera, com alguns colegas, a Galiza inteira, em peregrinação meritória, com o firme propósito de comunicar a todos o fôgo sagrado que o abrasava e conseguir obter assim, até dos mais humildes municípios rurais, donativos para o seu grande sonho, para essa *Residência*, «quási uma linda praça aristocrática, rodeada de elegantes arcarias, *stadium*, ponte monumental, campos de jogos?...» (1)

E, por isso, estou também convencido de que os estudantes galegos saberão colocar na sua *Residência* «en lugar predilecto, donde no crezca el musgo del olvido, en duro bronce e en eterna piedra, a su llorado ídolo, al que ofrendarán eternamente en aras de la más noble gratitud, sus triunfos académicos, sus victorias olímpicas».

Adorava-o a Universidade, que via nêle, como alguém disse, o seu *motor espiritual* e conhecia a *exemplar fidelidade* do amoroso *desvelo* de seu Reitor. Recordo L. Santiso Giron a frase que ouvira uma vez a Cadarso, satisfeito por conseguir do Governo, como deputado, facilidades para o desenvolvimento e progresso do ensino universitário em Compostela: «Trajo más para la Universidad en dos años de diputado que todos los senadores juntos que en tiempos de la Monarquia enviaba a Madrid nuestra Universidad como representantes expresamente de ella». E os subsídios não faltam; inscrevem-se verbas no Orçamento, sobem as dotações. E as Faculdades instalam laboratórios, e novas actividades se desenvolvem na velha Universidade ou à sua roda. «Nunca pedi qualquer coisa, para a Universidade aos Ministros da Instrução, a Marcelino Domingo e a Fernando de los Rios, que êles me não fizessem», confessava Cadarso, em animada conversa, durante a sua visita ao Instituto de Antropologia do Pôrto.

E a Universidade de Santiago, como preito de reconhecimento pelos assinalados serviços que ao prof. Rodriguez Cadarso devia, resolvera, há pouco ainda, publicar um livro de homenagem, que será em breve distribuído, no qual colaboram os mais ilustres professores de Espanha e do Estrangeiro. E, segundo li, a Facul-

(1) Vid. Hernani Cidade. Notas de Espanha. Em Compostela (*O Primeiro de Janeiro* de 28-4-1931).

dade de Medicina deliberou dar ao Instituto anatómico o nome do ilustre finado e ali colocar o busto do chorado colega, que regera a cátedra de Anatomia com tanta proficiência e devoção.

Adorava-o a Galiza em pêso, que o considerava, com inteira justiça, uma das individualidades mais representativas da sua intelectualidade. Não admira, pois, que de tôda a parte acorressem à velha cidade de Santiago, figuras de destaque na política, nas ciências e nas letras, para na tarde de domingo, 17 de Dezembro, se incorporarem no funeral, que atingiu a maior grandiosidade, e assim renderem ao cidadão prestimoso e benemérito, ao acendrado galeguista, a homenagem de respeito e consideração, a que tinha jus.

Era o saudoso extinto, que em Espanha e Portugal gozava de muito prestígio, sócio correspondente estrangeiro da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e da Sociedade Anatómica de Paris, à qual apresentou várias comunicações que se encontram publicadas nos respectivos Anais. Também algumas notas suas se inserem no Jornal inglês de Anatomia.

Ao prof. Cadarso, membro da Academia de Medicina da Corunha e do Seminário de Estudos galegos, e ortopedista distinto, se deve a criação, na Universidade de Santiago, do Instituto de Estudos Portugueses, onde já se tem feito ouvir alguns dos nossos mais distintos professores e cientistas.

Foi planeada a sua criação pelo falecido professor em princípio do ano lectivo de 1930-1931 e de comêço sustentou-se com fundos provenientes exclusivamente do Patronato Universitário. Os fins do Instituto são: a) realização de cursos de temas portugueses na Universidade de Santiago; b) publicações divulgadoras de obras portuguesas clássicas ou modernas; c) intensificação do intercâmbio de professores e alunos entre os centros culturais de Portugal e Espanha, excursões de carácter científico ou artístico, etc.

Inaugurou-se o Instituto em Abril de 1931, com o curso sobre literatura regido pelo prof. Hernani Cidade, e já no ano seguinte, mercê de esforços reiterados de Rodriguez Cadarso, o orçamento do Estado consignava uma verba de trinta mil pesetas, destinada, conjuntamente, para as despesas do Instituto e dos cursos de temas regionais que a Universidade havia também iniciado.

Depois de Hernani Cidade fizeram-se ouvir em Santiago, em cursos ou conferências, Joaquim de Carvalho, Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo, Morais Frias e António Sérgio. E o Instituto — que assim revela a sua vitalidade — já publicou as seguintes obras: «Selección de sonetos de Antero de Quental» com prólogo.

de António Sérgio; «Las dos Españas» de Fidelino de Figueiredo (tradução de um grupo de professores de Santiago); e «Selección de poesias de Camoens», com prólogo de António Sérgio.

Com o ilustre anatomista lisbonense prof. Henrique de Vilhena, fundou o prof. Cadarso, com sede em Lisboa, a Sociedade Anatómica luso-hispano-americana, que tem por objectivo o estudo de todos os ramos da morfologia animal, em particular a morfologia humana, e cuja primeira reunião havia sido marcada para o próximo ano em Santiago, e primacial papel desempenhou sempre nas «Jornadas Médicas galegas», iniciadas em 1929 na Corunha, e continuadas, com êxito crescente, em 1931 em Vigo e em Agosto findo em Lugo, com larga colaboração de médicos portugueses.

Grande amigo de Portugal, várias vezes visitou as nossas Faculdades de Medicina, e especialmente os seus Institutos de Anatomia, que muito o admiravam e estimavam, e relevante actividade desenvolveu no sentido de intensificar a cooperação intelectual luso-galaica.

Mandou antigos alunos seus (alguns já hoje professores universitários) frequentar vários laboratórios e clínicas das Faculdades de Lisboa e Porto; por ocasião da celebração do 1.º Centenário da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, em Dezembro de 1925, realizou, na Faculdade que àquela Escola sucedeu, uma interessante e documentada conferência sobre «O método radiográfico nas investigações sobre topografia crânio-encefálica», e em Janeiro findo pronunciou no Porto, a convite da Faculdade de Medicina, uma brilhante conferência em que se ocupou da «Etiopatogenia da elevação congénita da omoplata», assunto que já havia tratado nas Jornadas Médicas da Corunha.

Creemos que a última vez que esteve em Portugal foi na semana da Páscoa, em Abril passado, onde veio tomar parte no Congresso anual da Associação dos Anatómicos, em Lisboa reunido.

Provas comoventes do seu afecto pelo nosso País, da sua admiração pelos nossos cientistas e do empenho decidido em estreitar relações entre os intelectuais da Galiza e Portugal, são os eloqüentes discursos que o prof. Cadarso, orador fluente e brilhante, pronunciou na sessão de encerramento das Jornadas Médicas da Corunha e na sessão de abertura das Jornadas Médicas de Lugo, de que foi Presidente muito ilustre.

Depois de enumerar a cooperação luso-espanhola, a partir dos séculos XV e XVI, em que espanhóis e portugueses escreveram grandiosos capítulos na geografia do mundo e na história da civilização, o prof. Rodriguez Cadarso afirmou: «Considero-me feliz

por me ser dado o ensejo de exaltar, com o modesto instrumento da minha palavra, as excelências da união espiritual da minha pátria com o grande povo irmão, a cujos homens de ciência rendo, uma vez mais, com religioso fervor, o testemunho da minha admiração e do meu carinho. Tenho trabalhado e trabalharei sempre, porque conjuntamente me ditam o coração e o cérebro, pela nossa amizade sincera e perdurável com êsse povo nobre, heróico e culto, no qual nunca encontrei senão braços fraternos».

Praticou, portanto, um acto de justiça o Governo português, agraciando o ilustre Reitor da Universidade compostelana com as insígnias da Ordem da Instrução, que lhe foram oferecidas e impostas numa brilhante sessão realizada no Porto, na «Casa de Espanha», em Janeiro do ano corrente.

E é justificado o sentimento de sincero pesar que nos centros universitários portugueses causou a morte inesperada do prof. Rodriguez Cadarso, espírito culto e cheio de entusiasmo pela intensificação do intercâmbio científico luso-espanhol, por que, tão devotadamente e com tanto êxito, trabalhou nestes últimos anos.

Na Faculdade de Medicina do Porto, o prof. Carlos Lima, na primeira lição que deu depois da morte do prof. Cadarso, traçou, em sentidas palavras, a biografia científica do grande amigo que perdemos, e pediu, em homenagem à saudosa memória do ilustre anatómico espanhol, alguns momentos de silêncio, que os alunos, de pé, comovidamente guardaram.

Também como homenagem à memória do prestigioso Reitor da Universidade compostelana e dedicado amigo dos portugueses, aqui ficam arquivadas estas singelas notas biográficas, e a expressão do pesar muito profundo de quem as escreveu e da «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» que sempre nutriu pelo prof. Rodriguez Cadarso sentimentos de sincera admiração e viva simpatia.

Pôrto, 26 de Dezembro de 1933.

HERNANI MONTEIRO.

Escavações arqueológicas

A notícia que demos no último fascículo dos *Trabalhos* em face de informações publicadas pela imprensa diária, obteve confirmação. O *Diário do Governo*, n.º 231, 1.ª série, de 12 de Outu-

bro de 1933, publicou o seguinte decreto-lei, com o n.º 23.125, pela pasta da Instrução Pública:

«DECRETO-LEI n.º 23.125 — Tornando-se necessário ampliar as disposições do decreto 21.117 no sentido de lhes dar maior eficácia:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É creada uma Junta Nacional de Escavações e Antiguidades que funcionará junto da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e à qual competirá dar parecer e propôr medidas sôbre os assuntos conducentes aos seguintes objectivos:

1.º — Evitar a destruição de estações, monumentos e objectos arqueológicos;

2.º — Evitar a saída do país de todos os objectos arqueológicos nêle encontrados que devam figurar nas colecções portuguesas como elementos duma documentação arqueológica nacional tão completa quanto possível;

3.º — Promover pelos meios ao seu alcance o avanço dos conhecimentos no domínio da Arqueologia.

Artigo 2.º — A Junta Nacional de Escavações e Antiguidades será constituída pelos seguintes membros: Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, que será o presidente; o Presidente da Junta de Educação Nacional; o Presidente do Conselho Nacional de Belas Artes; o Director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos; o engenheiro-chefe dos Serviços Geológicos de Portugal; um delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses; três vogais nomeados pelo Governo de entre os professores das Universidades de Lisboa, Pôrto e Coimbra e individualidades de notória competência em investigações arqueológicas; e o conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos que servirá de secretário.

Artigo 3.º — A Junta reunirá pelo menos uma vez em cada ano, devendo, porém, ser convocada sempre que qualquer dos seus membros o requeira ao presidente fundado em caso de manifesta urgência.

Artigo 4.º — As funções dos membros da Junta são gratuitas devendo, entretanto, ser abonados das respectivas ajudas de custo e despesas de transporte, os membros da Junta, de fora de Lisboa, que venham assistir às reuniões da mesma.

Artigo 5.º — A classificação dos imóveis e móveis a que se refere o decreto n.º 21.117, será feita pelo Ministério da Instru-

ção, sôbre parecer da Junta, podendo essa classificação ser provisória até ser dado o referido parecer ou enquanto não houver os elementos necessários para ajuizar seguramente do interesse arqueológico do imóvel ou móvel em questão.

Artigo 6.º — A classificação de móveis e imóveis pode ser requerida ao Ministério da Instrução Pública pelos museus de arqueologia, antropologia, etnologia ou geologia, pelas autoridades administrativas, pelas sociedades científicas ou por qualquer dos membros da Junta.

Artigo 7.º — Passam a ser da competência da Junta as atribuições dadas pelos artigos 9.º, 12.º, 14.º, 17.º e 18.º do decreto n.º 21.117 ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos e ao seu director, que no entanto prestarão à Junta a colaboração que estiver na medida das suas possibilidades.

Artigo 8.º — Poderão, por proposta da Junta, ser proibidas escavações nas regiões onde qualquer Museu oficial ou entidade privada devidamente autorizada as estiver realizando, cessando essa proibição quando superiormente fôr aceite uma proposta da Junta em tal sentido.

Artigo 9.º — Além de Juntas locais ou regionais de Escavações a que se refere o artigo 13.º do decreto 21.117, poderão, por proposta da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, ser nomeados delegados locais ou regionais desta, os quais lhe prestarão auxílio nas respectivas localidades ou circunscrições como informadores e fiscais em matéria de antiguidades e de explorações arqueológicas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Outubro de 1933. —
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *António Raul da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luis Alberto de Oliveira* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovegilde Queimado Franco de Sousa* ».

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e a Sociedade Martins Sarmento, além de alguns estabelecimentos universitários, exprimam ao sr. prof. Sousa Pinto, ilustre Ministro da Instrução, o seu reconhecimento por terem sido atendidas as suas representações contra o verdadeiro monopólio que era dado pela lei anterior a um só instituto.

Já reuniu pela primeira vez a Junta, sob a presidência do sr. prof. Pereira Dias, director geral do Ensino Superior e das

Belas Artes, estando presentes os vogais srs. drs. José de Figueiredo, Xavier da Costa, Vergílio Correia e Mendes Corrêa, representando os dois primeiros, respectivamente, a Academia Nacional de Belas Artes e a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a mais antiga colectividade de arqueologia existente em Portugal, pois foi fundada em 1863. Os dois últimos vogais foram, como o sr. dr. Felix Alves Pereira, antigo conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, nomeados pelo Governo, de acôrdo com a lei.

A Junta ocupou-se, na sua primeira sessão, dos trabalhos preparatórios necessários para a efectivação do seu programa, devendo ser, numa próxima sessão, designados alguns dos seus delegados regionais e discutidas as instruções a distribuir por esses delegados.

Posteriormente, foi o sr. prof. Joaquim Fontes escolhido pela Associação dos Arqueólogos como seu representante na Junta.

Esta poderá prestar relevantes serviços, mas necessita, para isso, de que lhe sejam fornecidos meios de acção, especialmente dotações próprias, que ainda não possui.

O problema lígure em Portugal

É bem conhecida a passagem da *Ora Maritima* de Festo Avieno, em que se citam nos montes do «campo de Oñusa» — na região ocidental da Península — os Cempses e os Sefes, dois povos que Schulten e Bosch Gimpera consideraram de origem celta, e perto dos quais, segundo o mesmo texto, habitavam «subnivoso maxime septentrione pernix Lucis Draganumque proles».

Desde que se abandonou a suposição de que o poema de Avieno era um amontoado de notícias obscuras e contraditórias ⁽¹⁾, para se aceitar que êle reflectia os informes dum velhíssimo périplo com algumas interpolações e modificações ulteriores, a passagem em questão foi utilizada para várias hipóteses sobre a etnologia antiga do ocidente peninsular. Remetemos para as publicações de Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Schulten, Bosch Gimpera, etc., como para o nosso livro *Os povos primi-*

(1) Contador de Argote, por exemplo, assim supunha. Avieno, na opinião do nosso erudito do séc. XVIII, falava da geografia antiga da Galiza «mas muito pouco e em um estilo tão abstruso e recôndito que parece se quis de propósito fazer imperceptível» (Mendes Corrêa — *Martins Sarmiento e a consciência nacional* — «Rev. de Guimarães», vol. XLII, 1933, p. 8 do extr.).

tivos da Lusitânia ⁽¹⁾ os leitores que não estejam inteirados das suposições etnológicas que a dita passagem sugeriu a diferentes autores. Não se trata agora do problema dos Cempses e dos Sefes, mas apenas do que respeita aos nomes dos outros povos ali mencionados.

«Pernix Lucis», expressão da primeira edição da *Ora Maritima* ⁽²⁾, foi emendada por Schrader em «pernix Ligus», e esta emenda — que o prof. Leite de Vasconcelos declarou «luminosa» ⁽³⁾ — foi quasi geralmente adoptada. D'Arbois de Jubainville, Martins Sarmiento, Schulten, Constantin ⁽⁴⁾, e muitos outros autores viram ali uma preciosa referência aos Lígures, embora variassem as opiniões sobre a área do frio septentrião em que êles deveriam ser localizados. Para uns, êste local ainda era na Península (por exemplo, no norte de Portugal, na Galiza ou nos Cantábricos); para outros, os Lígures e os Draganes eram deslocados já para a costa ocidental da França ou mesmo mais para norte, donde, de resto, o mesmo poema dizia terem, antes, aqueles sido expulso por Celtas.

Martins Sarmiento filiou os Lusitanos nos Lígures, baseando-se na passagem aludida e traçando até uma derivação etimológica que não foi aceite. Por Lígures entendia, porém, uma grande unidade étnica formada pelas árias pre-celtas do ocidente na idade do bronze.

Em 1919 ⁽⁵⁾, notando que *Lucis* parecia mais a-fim-de *Lusis* ou de *Lusus* do que de *Ligus*, aventei que se encontrasse ali a mais antiga referência aos Lusitanos, pois o périplo seria do séc. VI-V antes de Cristo, e os Lusitanos só eram mencionados, pela primeira vez, por Tito Lívio, como soldados do exército de Aníbal quando em 218 a. C. êste invadia a Itália.

Especialistas autorizados, como Schulten e Leite de Vasconcelos, terminantemente se opuseram à minha conjectura, invocando razões que veem debatidas já nos citados *Povos primitivos* (p. 85) ⁽⁶⁾.

(1) Pôrto, 1924, p. 80 e sgs.

(2) No códice orteliano está *locos* e não *lucis*. Não faz sentido.

(3) *A Medicina dos Lusitanos* — Lisboa, 1925, aditamento. Nas *Religiões da Lusitânia* (II, Lisboa, 1905, p. 54) o prof. Leite de Vasconcelos achava apenas «muito provável» essa emenda. Vid. o que sobre o assunto escrevemos na análise bibliográfica da *Medicina dos Lusitanos*, nos «Trabalhos da S. P. A. E.», vol. III, p. 176.

(4) Do trabalho de A. Constantin (*Contribution à l'étude des questions ligures*) nos ocupamos também na bibliografia dos «Trabalhos», vol. IV, 1933, p. 103.

(5) *Raça e Nacionalidade* — Pôrto, 1919, p. 68-71; *Origins of the Portuguese*, «American Journ. of Phys. Anthropology», Washington, 1919, pp. 129-131.

(6) Ai, por lapso tipográfico, corrigido aliás no final, vem na linha 12 *Lusus* por *Lusus*.

e sobretudo na minha conferência *No Centenário de Martins Sarmiento* (1). Para ali remeto o leitor. Porém, na sua magnífica *Etnologia de la Península Ibérica* (2), o eminente professor de Barcelona, Bosch Gimpera — cuja autoridade é também incontestável — tendo ouvido sobre o aspecto paleográfico da questão o prof. Joaquim Balcells, entendeu dever adoptar como provável a minha leitura *Lusis*. Balcells entende que a um copista era muito fácil trocar um S por um C, escritos em capitais romanas.

Bosch Gimpera eliminou assim os Lígures da carta dos povos antigos do extremo ocidente peninsular, e no lugar dêles pôs, interrogativamente, não apenas *Lucis* como fiz na fig. 4 dos *Povos primitivos* e na carta correspondente da minha *Lusitânia pre-romana* (3), mas já mesmo *Lusis* (4). Por outro lado, identificando este nome com o dos Lusitanos, concluiu, ao contrário de Schulten e da sua própria opinião anterior, que os Lusitanos já estavam, provavelmente, no ocidente da Península nos séculos VI-V a. C. e não apenas no século III (5). Ainda mais: num capítulo final ou apêndice do seu livro (6), referindo-se mais uma vez à «menda de Schrader e a outros pretensos indícios da presença remota dos Lígures na Península Ibérica, abandona a «teoria lígure» que considera como uma generalização do nome dos Lígures da Ligúria pelos Gregos, generalização que não corresponderia a uma realidade etnológica. Prescinde, pois, dos Lígures como elemento étnico da Península.

Em comunicações várias, que se tem dignado fazer-me, Schulten insiste na impossibilidade de se ver em *Lucis* uma referência aos Lusitanos, pois, como já antes me afirmara e fôra também escrito pelo prof. Leite de Vasconcelos, a métrica do verso de Avieno se opõe ao *u* longo do nome *Lusus*, *Lusis* ou *Lusitanus*. «Esto es regla tan fija como es fijo el sol» — escreve-me ultimamente o ilustre iberólogo alemão. Ninguém duvida da rigidez das regras da metrificação, nem da competência filológica dos dois mestres. Mas ousou, na minha incompetência, supôr que Avieno, sem identificar *Lucis* com os *Lusitani*, de Sílio, Séneca, etc. imaginasse ser *Lücis* e não *Lücis* (7). De resto, nem Balcells nem

(1) Separata do vol. II dos «Estudos Portugueses do Integralismo Lusitano», Lisboa, 1933, p. 20.

(2) Barcelona, 1932, pp. 106, 107, 108, 483, 600, 631.

(3) Na «História de Portugal» do prof. Damião Peres, Barcelos, 1928, p. 161.

(4) Bosch — *Etnologia*, etc., op. cit., fig. 282.

(5) *Ibid.*, pp. 600 e 602.

(6) *Ibid.*, p. 631.

(7) Por não saber ao certo de que se tratava nesse trecho do velho texto que utilizava.

Bosch Gimpera se impressionaram com a objecção exposta e com as outras a que já aludi na conferência citada (1).

Seja, porém, como fôr, a emenda de Schrader em que se fundaram tantas conjecturas etnológicas, está bastante abalada. A «Revue Archéologique», no seu número de Julho-Outubro de 1933, insere a 1.ª parte dum extenso artigo de André Berthelot, *Les Ligures* (2), em que se considera «arbitrária» a leitura de *Lucis* por Schrader, dizendo-se que essa leitura «tem o único mérito de satisfazer a prosódia», mas que «é fácil imaginar outras menos paradoxais». A minha hipótese, porventura desconhecida do autor daquele trabalho, estará talvez entre essas «menos paradoxais»...

É ainda de mencionar que o mesmo autor entende que o nome do *lacus ligustinus* localizado pelo texto de Avieno na Bética não tem, ao contrário do que em geral se supunha, nada que ver com os Lígures. Tratar-se-ia duma semelhança acidental.

Emfim, para desconsôlo profundo de alguns edificadores de quadros etnológicos sobre as frágeis bases de escassos textos arcaicos, Berthelot afirma que a palavra *draganum* do verso imediato àquele em que se lê *pernix Lucis*, não é o nome especial dum povo, mas simplesmente uma forma de baixa latinidade (*draconum*) que se refere aos habitantes de Ofiussa, clan ou povo da serpente (3). Deste modo, se *Saesfes* é o nome totémico desse

(1) Aí escrevi: «Fizeram-se à leitura hipotética que sugeri, variadas objecções a que já respondi e que suponho não a terem destruído. Disse-se que a métrica do verso indicava um *u* breve, quando o *u* de *Lusitani* é longo. Respondi que há versos errados em Avieno e que são possíveis mudanças de quantidade com o tempo. Disse-se que *Luso* por *Lusitano* é uma criação dos humanistas do Renascimento, ao que observei que *Lusus* aparece, embora com outro significado, na etimologia de *Lusitani* dada por Varrão (no séc. I a. C.) e ainda que, se o tema *Lus* deu *Lus-itani* e *Lus-ones*, não é inadmissível que tivesse dado *Lusus*. Emfim, objectou-se que *Lusis* era um dativo ou ablativo do plural que se não adaptava à construção da frase, a qual exigia um nominativo do singular. Há, porém, entre os nomes latinos de povos e lugares muitos em que o nominativo termina em *-is* e, de resto, trata-se dum nome indígena, muitos dos quais são em *-is* e todos em idioma cuja gramática se desconhece... E quantos povos ibéricos são conhecidos apenas pela sua designação no plural, ignorando-se, ou apenas podendo presumir-se, pelas regras da gramática, o correspondente nominativo do singular?! Eu não afirmo que seja certa a leitura *Lusis* ou a leitura *Lusus*: o que afirmo, sem hesitação, é que qualquer delas é admissível e ambas o são mais do que a leitura de Schrader».

(2) T. II, 6.ª série, p. 116 da rev. cit. Em carta de 27 de Fevereiro de 1934, A. Berthelot anuncia-me uma edição sua da *Ora Martima*, com comentários, pois considera muitas vezes inexactos os de Schulten.

(3) Mendes Corrêa — *A serpente, totem na Lusitânia protohistórica*. «Anais da Fac. de Ciências do Pôrto», t. XV, Pôrto, 1929.

clan, haveria descendentes dos Sefes perto destes, mais a norte, e os pretensos Draganes de Schulten e outros autores desapareceriam do quadro etnológico. Note-se que não aparece noutro texto o nome étnico *Dragani* e o mesmo sucede com o de *Saefes* ⁽¹⁾.

Schulten, a quem escrevi sobre esses pontos da memória de Berthelot, respondeu-me prontamente que ela reproduz coisas há muito discutidas, chegando a conclusões erróneas. No texto de Avieno está *Drāganum* que não tem nada que ver com *Drācōnum*. *Lucis* é nome étnico à face do que se segue, e «pernix» é epíteto — diz — «que só (?) cabe aos Lígures». Emfim o *lacus ligustinus* estaria confirmado, segundo Schulten, pelo trecho de Estevão de Bizâncio em que se fala duma *πόλις Λιγυστινή* na Ibéria ocidental, perto de Tartessos.

Como sempre tenho pensado, o poema de Avieno, embora seja um documento precioso, por, a bem dizer, ser único, para a reconstrução da geografia e etnologia da Península nos séculos VI-V a. C., não é, muitas vezes, de fácil e segura interpretação. Avieno escrevia, manuseando fontes de 1000 anos antes, com interpolações posteriores, e porventura dando já, êle mesmo, interpretações nem sempre certas.

Mal imaginava eu, porém, ao duvidar em 1919 da leitura de *Lucis* por Schrader, que essa dúvida seria partilhada e até intensificada por especialistas como Bosch Gimpera e Balcells e, agora, por Berthelot, e que dela resultaria a tendência exposta para a exclusão dos Lígures da etnologia antiga do ocidente ibérico ⁽²⁾, onde a sua interferência havia sido admitida por D'Arbois de Jubainville, Martins Sarmiento, Schulten, etc., constituindo já quasi um axioma tradicional.

Quando a aproximação conjectural que propus, entre *Lucis* e Lusitanos, não possa ser adoptada, de modo a permitir as conclusões que sobre a antiguidade dos Lusitanos no nosso território foram enunciadas por Bosch ou por mim, nem por isso o abandôno da leitura de Schrader deixa por certo de modificar profundamente a carta da etnologia antiga desta região da Europa ocidental: entretanto o *Lacus ligustinus*, a cidade *Ligustina*, e,

(1) Os Cempses, esses figuram noutros textos, do mesmo Avieno, de Dionísio e de Prisciano, mas colocados junto das faldas dos Pireneus.

(2) Já em 1918 eu achava frágeis os argumentos sobre os quais se fundava o povoamento primitivo desta região por Lígures [Vid. meus *Estudos da etnogenia portuguesa (Crânios braquicéfalos)*, «Anais Sc. da Fac. de Medicina do Porto», vol. 2.º, Porto, 1918, pp. 61 e 62]. Voltei ao assunto na conferência citada sobre Martins Sarmiento (pp. 18-22 do extr.).

menos provavelmente, o deus lígure *Bormanicus* de Vizela, o nome *Durius*, etc. ⁽¹⁾ constituem, ainda, a meu ver, elementos que permitem não dar como inteiramente gratuita a hipótese duma extensão dos Lígures à Península, embora sem a importância que alguns lhes atribuíram, considerando-os como o estrato étnico pre-celta da Meseta.

MENDES CORRÊA.

Moron

No cap. III do livro III da sua *Geografia*, Estrabão escreve ⁽²⁾: «O Tejo com 20 estádios de largura na sua boca tem ao mesmo tempo bastante profundidade para que os maiores transportes do comércio o possam subir; e como no preamar forma, alagando as planuras marginantes, dois mares interiores duma extensão de 150 estádios, toda esta porção da planície se acha por este facto conquistada pela navegação. Dêstes dois lagos ou estuários (que o Tejo forma) o que está situado mais acima contém uma pequena ilha de quasi 30 estádios de comprimento, e outro tanto de largura, notável pela beleza de seus (olivais) e vinhedos. Esta ilha vê-se na altura de Moron, cidade felizmente situada sobre um monte muito próximo do rio, e quasi a 500 estádios do mar, rodeada de férteis campinas, com grande facilidade de comunicação pela via fluvial, porque os maiores navios podem subir o rio numa boa parte do seu curso, e no resto, isto é, ainda mais longe acima de Moron do que de Moron ao mar, conserva-se navegável às barcas e outras embarcações dos rios. Foi esta cidade que Bruto denominado o Calaico escolheu para base de operações na sua campanha contra os lusitanos, que se terminou, como é sabido, pela derrota destes povos. Além disto fortificou Oliosipon ⁽³⁾ que é pela sua posição a chave do rio, com o fim

(1) Vid. esses diferentes argumentos nos meus trabalhos citados, especialmente *No Centenário de Martins Sarmiento*. Sobre o que a antropologia física pode depôr a tal respeito vid. *Os povos primitivos*, etc., op. cit., p. 312 e 315. Nada de conclusente.

(2) Segundo a versão de Gabriel Pereira (Evora, 1878, pág. 25.).

(3) Nos códices e nas antigas edições de Estrabão não se lia Oliosipo, mas qualquer coisa incompreensível que Kramer emendou no antigo nome de Lisboa. A edição de Basileia de 1523 tinha, por exemplo, ὄλιου, que o editor confessa não saber o que é, e que, de facto, segundo a opinião autorizada do meu prezado colega prof. Francisco Torrinha, deve resultar de erro de cópia, pois não há em grego palavras em -π. O espírito áspero será talvez devido a influência de ὄλιος (inteiro) ou a confusão com esta palavra. A edição de 1707, de Amsterdam,

de dominar o seu curso, e de poder sempre fazer chegar por esta via até ao seu exército as provisões precisas: por natureza estas duas cidades são as mais fortes entre as que marginam o Tejo».

Uns localizaram Moron em Constância, outros em *Merobriga*, que é, porém, identificada geralmente com Santiago de Cacém (1). Também se falou em Abrantes que é conjecturalmente identificada com *Tabucci*, estação da via romana de *Olisipo* e *Scalabis* para Mérida. Desde D. Francisco Manuel de Melo (2), se tem notado a afinidade fonética entre Moron e Almourol, o nome da poética ilhota do Tejo, fronteira a Tancos. Schulten também se inclina, em carta que me escreveu ultimamente, para que *Moron* seja *Almourol*, dizendo que não há outra ilha por ali, que a distância ao oceano concorda com a dada por Estrabão, e emfim que se trata do mesmo nome. Vamos ver que na realidade nenhum destes argumentos subsiste.

Para a ilhota descrita por Estrabão ser a de Almourol seria preciso que o velho geógrafo a colocasse a muito mais de 500 estádios do mar pela via fluvial (3) e lhe não desse, como dá, cêrca de 30 estádios de comprimento por outro tanto de largura. Calculando estas dimensões na correspondência do estádio a 185^m, chega-se a cêrca de 30 km.² de área o que é incomparavelmente mais do que a superfície da pequena Almourol. Mesmo atribuindo ao estádio apenas 100^m, ainda a ilha não teria menos de 3 km. de comprido por 3 km. de largura, o que é também muito mais do que as insignificantes dimensões de Almourol. Além disso, a ilha descrita por Estrabão possuía belos olivais (?) e vinhedos, ao passo que a ilhota de Almourol tem apenas — pelo menos assim era quando a vi há anos —, além das ruínas do castelo medieval, mato e silvas... Emfim, nas alturas de Almourol já não pode falar-se do estuário, lago ou mar interior de que falava Estrabão.

Abrantes, e mesmo Constância, estão também, pela via fluvial, muito a montante dos 500 estádios de distância do mar a que

continha *ἄλιον*, que o tradutor passa para *πόλις*. Na edição Müller já figura, de acôrdo com a emenda, *Ἰλιον[ῶνα]* com o espírito doce a substituir o áspero e a substituição de *-o-* por *-u-* e *-y* por *-π[ῶνα]*. Nos autores antigos e nas inscrições latinas a grafia mais freqüente do nome de Lisboa, é *Olisipo*. A forma *Oliosipon*, da tradução de Gabriel Pereira, vem de Ptolomeu. Dêstes assuntos tratamos num trabalho especial sôbre a origem do nome *Olisipo*.

(1) Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia* — II — Lisboa, 1905, pág. 20; Vergílio Correia — *O domínio romano*, in «História de Portugal», de Damião Peres, I, Barcelos, 1928, pág. 243.

(2) Leite de Vasconcelos — *Op. cit.*, pág. 24, nota 4.

(3) Em linha recta, por terra, as alturas de Almourol ficam a muito menos de 500 estádios de distância do mar (fig. 1).

se referia Estrabão. A 185^m o estádio, os 500 estádios correspondem, aproximadamente, às alturas de Santarém (fig. 1). Esta

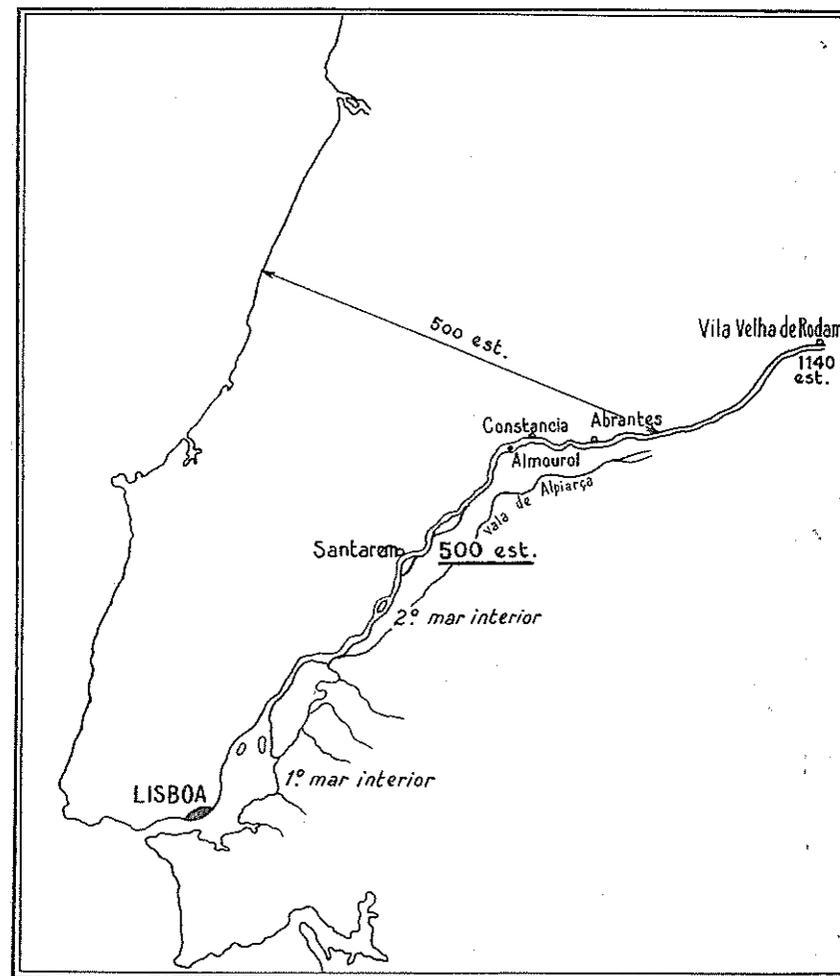


Fig. 1 — Esquema indicador das distâncias em estádios de vários pontos do curso do Tejo à sua foz

cidade fica, como Moron, num alto que domina o Tejo e a sua planície marginal alagadiça, ao norte do segundo estuário de que falava Estrabão (fig. 2). É o ponto, precisamente, em que as elevações que na margem direita constituem uma orla da planura aluvial

do Tejo, mais se aproximam, como um esporão proeminente, do

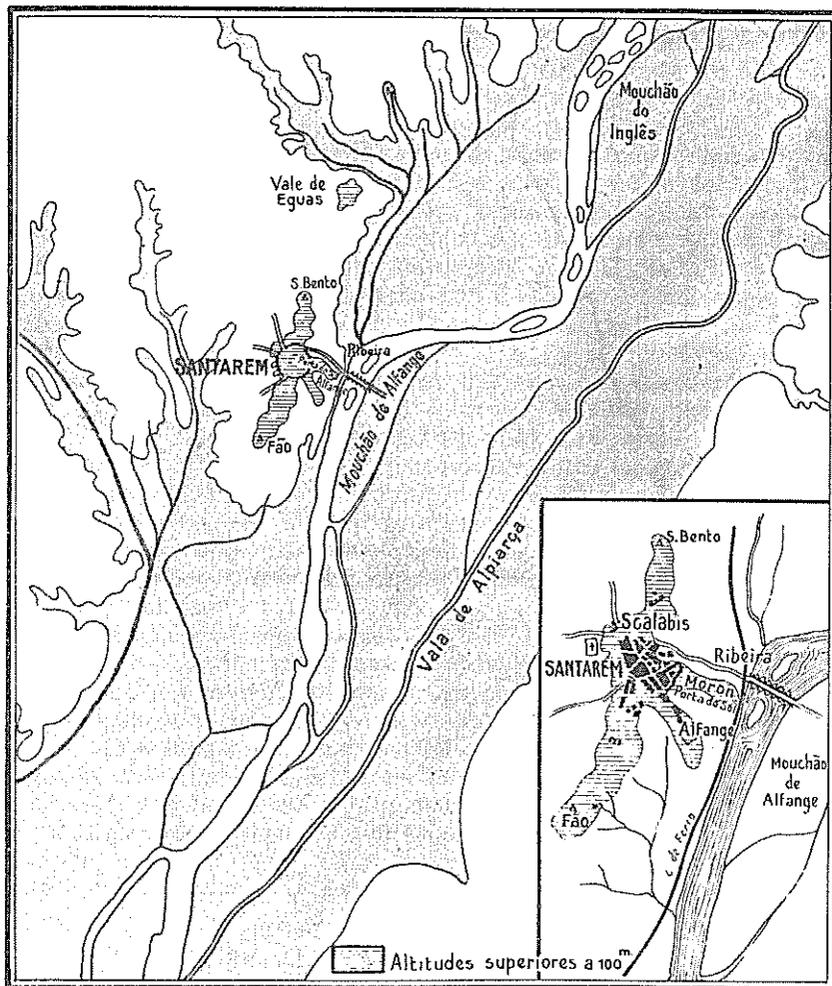


Fig. 2 — O vale do Tejo junto de Santarém.
A área de cotas inferiores a 25^m está sombreada, excepto o leito do rio;
no rectângulo interior esquerdo, está ampliada a região de Santarém,
com indicação duma hipotética localização de Moron. Escala da carta maior 1/70.000.

curso do rio, que assim dominam. Na carta de Portugal a $\frac{1}{50.000}$ é bem visível, nas alturas de Santarém, a extrema vizinhança da curva de nível de 100^m em relação ao curso do Tejo. O local da

Alcáçova ou das Portas do Sol é o mais proeminente sôbre o Tejo. Êste esporão constitue como que um promontório que se destaca da eminência de Marvila, em que assenta a parte principal da actual cidade.

A importância estratégica de Santarém é notória. Poderia aquela povoação, que é cercada de férteis campinas como diz o texto, ter sido uma base de operações para Bruto Calaico, na sua marcha para o norte, como mais tarde, para Afonso Henriques, seria a chave da tomada de Lisboa e da ampliação do domínio cristão para o sul. Nos dois casos, representou uma garantia do domínio da bacia inferior do Tejo.

A ilha de que fala o geógrafo, poderia ser um dos *mouchões* que da eminência santarena das Portas do Sol se veem em face, no Tejo. Há-os, como o Mouchão do Alfange, entre Santarém e Almeirim, o Mouchão do Inglês mais a juzante, etc., com áreas que se aproximam mais da dada por Estrabão do que a da ilha de Almourol; e belos olivais e vinhedos revestem, em grande extensão, alguns desses mouchões. Lembremo-nos, de resto, de que a fisionomia geográfica da bacia do Tejo se terá modificado de então para cá. Valas paralelas de hoje, como a de Alpiarça, poderão representar restos do antigo curso principal. Entre essas valas e o Tejo actual não faltam tractos de terra, cujas dimensões se podem, mais ou menos perfeitamente, ajustar às do texto estraboniano.

Por outro lado, a colocação de Moron naquelas alturas do rio coincide com a passagem do texto em que se diz que o Tejo, para pequenas embarcações, ainda é navegável muito para cima de Moron, mais longe do que de Moron ao mar. Ora êle é navegável até Vila Velha de Rodam, num percurso de 212 km. Estando Santarém a cêrca de 92 km. da foz do rio (1), ficam ainda uns 120 km. navegáveis para montante. Notemos ainda que, do mesmo modo que se admitiu afinidade fonética entre Moron e Almourol, cabia perguntar se não poderá também imaginar-se uma certa relação entre Moron e Almeirim.

Como o nome Almeirim denuncia presumível origem árabe, consultei a tal respeito o ilustre arabista, sr. prof. David Lopes, que amável e prontamente me respondeu: «Tentei várias vezes a explicação de *Almeirim* pelo árabe, mas foi em vão; não deve, todavia, êste nome ter nada com *Moron*, foneticamente pelo menos.

(1) Entendo que a distância de Moron ao mar se entende pela via fluvial e não em linha recta, por terra. Basta ler com atenção o texto. Se fôsse em linha recta, teríamos de ir procurar Moron ainda acima de Abrantes (cf. fig. 1).

O artigo árabe — ou seja êsse prefixo *al* — só se aglutina a nomes não árabes quando estes são de significação comum: por exemplo em *Alportel* (*al* + *portel*) ou *Alporão* (*al* + *plan*). Por isso, quer se trate de *Almourol* quer de *Almeirim*, o *al*-supõe um nome comum, árabe ou não, que não sei qual seja ».

Assim, segundo o autorizado parecer do sr. prof. David Lopes, Moron não tem nada, nem com Almourol nem com Almeirim, no ponto de vista em que o ilustre professor examinou a questão. Mas já vimos que por outros motivos assim era também para Almourol e assim é igualmente para Almeirim, visto que está na margem esquerda, em terreno baixo e plano, ao passo que as elevações são na margem direita.

A grande dificuldade em admitir a identificação de Moron com Santarém, está em que a esta cidade ribatejana se tem fundadamente feito corresponder *Scalabis* ⁽¹⁾.

Para aceitar de pronto a hipótese de Santarém ter tido dois nomes diferentes, seria necessário que um dêles, Moron ou Scalabis, não possuísse, como ambos possuem, uma fisionomia indígena. Assim, a atitude que se impõe, quanto à identificação de Moron com Santarém, é a de certa reserva, mas nem por isso é lícito excluir como verosímil essa identificação. Não poderia haver, muito próximas, duas povoações indígenas? Não poderiam, por exemplo, os bairros marginais do Alfange ou da Ribeira ser a localização de Scalabis, tanto mais que se encontram num sítio da margem do Tejo que antigamente, como hoje, poderia ser um local de trânsito e tráfico fluviais e terrestres? Moron, nessas circunstâncias, seria sem dificuldade localizável na eminência da actual Santarém. Outra hipótese: Moron seria no local chamado das Portas do Sol, escarpado, fortificado, a pique sobre o Tejo, fora das encruzilhadas de caminhos; Scalabis, citada nos Itinerários ⁽²⁾ ao contrário de Moron, seria a poente desta, propriamente no local da actual cidade, ponto de convergência de vias de circulação, a-pesar-de elevado. Trata-se, é certo, de simples conjecturas, mas esta última hipótese (representada no rectângulo inferior da fig. 2) parece a mais verosímil.

O que é, entretanto, lícito concluir do exposto é que a descrição topográfica feita por Estrabão relativamente a Moron não

(1) Sobre as origens de Santarém, vd. meu artigo *Ribatejanos*, em publicação no «Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém».

(2) No Itinerário de Antonino, Scalabis é estação da via romana de Lisboa a Braga e duma das de Lisboa a Mérida. A distância, ali indicada, de Scalabis a Olisipo é que é sensivelmente inferior à de Santarém a Lisboa: apenas 306 milhas (ou cerca de 45 km.) no Itinerário, quando *em linha recta*, é de 70 km.

permite a localização desta cidade protohistórica em Meróbriga, Constância ou Abrantes, mas aconselha nitidamente que se procure tal localização no monte escarpado em que está Santarém, ou noutra elevação vizinha, na margem direita do Tejo. A ilha a que o mesmo texto alude, não pode ser, por tôdas as razões expostas, a de Almourol, mas seria por certo um dos *mouchões* que há, ou havia, no Tejo, nas proximidades de Santarém.

M. C.

Inscrições glozelianas em Sens?

O diário de Moulins *Le Progrès*, de 7 de Fevereiro de 1934, publicou a seguinte entrevista com o dr. Morlet:

Il y a quelques jours, notre attention fut attirée par l'article suivant:

Y A-T-IL À SENS — UN NOUVEAU GLOZEL?

Paris, 4 février.

Glozel: il n'y a pas si longtemps en somme que ce nom soulevait des polémiques passionnées, et Salomon Reinach brisait de fières lances avec Camille Jullian pour l'amour du docteur Morlet et des Fradin. Il y eut même procès autour de ces vieux pots que la terre auvergnate avait soudain rendus à l'actualité.

Puis le silence se fit et, attirés par des scandales d'autre taille, le bon public jobard renonça à savoir si Glozel était découverte ou mystification. Le petit musée ne ferma pas; il ne fut plus que de curiosité locale et les touristes désœuvrés seuls posèrent leur interrogation aux briques sur lesquelles les caractères inconnus édictaient des incantations, des blasphèmes, des injures. Mystère et graffiti.

Or, voilà que, comme l'on dit dans les faits divers policiers, l'affaire de Glozel va peut-être rebondir, car on vient de faire, et loin de Glozel, des découvertes nouvelles, de mettre au jour des inscriptions semblables à celles chères au docteur Morlet, mais où cette fois, les Fradin ne peuvent être pour rien.

C'est en exécutant des travaux de drainage dans un faubourg de Sens que des ouvriers ont trouvé « une grande plaque de schiste sur laquelle étaient tracés de singuliers caractères ». Un savant local, M. Gautrop, fut assez heureux pour en relever quelques-uns pour prendre un croquis rapide de la bizarre inscription.

Car, ensuite, personne ne se trouva là pour mettre cette plaque de côté et les ouvriers la réemployèrent pour leurs travaux et l'enfouirent à nouveau.

Les croquis de M. Gautrop, remarqués par la conservatrice des musées de Sens et d'Auxerre, Mlle Augusta Hure, tombèrent sous les yeux du docteur Morlet. Ce n'est pas sans surprise qu'il y reconnut des caractères glozéliens.

« L'analogie, écrit-il, avec l'écriture de Glozel, est frappante, convaincante ».

Si l'on veut bien mettre de côté tout ce qui, très inutilement d'ailleurs, vent être désagréable pour Glozel (l'auteur de l'article ignorant probablement que l'affaire de Glozel prit fin en justice par la déconfiture des antiglozéliens et le triomphe du docteur Morlet), il reste que près de Sens une importante découverte a été faite et nous avons demandé au docteur Morlet de bien vouloir nous dire ce qu'il en pensait :

— « Il aurait été bien extraordinaire, nous dit-il, qu'une écriture aussi évoluée que celle de Glozel, n'eut pas essaimé au loin... »

Aussi bien connaissons-nous déjà les inscriptions du Portugal et de Roumanie faites de signes alphabétiformes semblables à ceux du Champ des Morts.

Pour la France également, je vous avais déjà parlé du poignant inscrit de Caubéta (1).

Or, voici que dans un faubourg de Sens, M. Gautrop a découvert au cours de travaux de drainage, des inscriptions d'une analogie frappante avec celles de Glozel. Une des principales était tracée sur une plaque de schiste qui, malheureusement, fut réemployée dans les fondations d'une construction. Toutefois, l'auteur de cette découverte sut conserver quatre fragments portant des inscriptions partielles et une sorte de vase orné en même temps que d'une représentation animale schématique d'une inscription complète disposée en cercle.

Son analogie avec les inscriptions de Glozel est frappante, convaincante ».

Et le docteur Morlet conclut que cette récente découverte, après tant d'autres, est une nouvelle preuve de l'authenticité de Glozel.

Authenticité dont ceux qui, près de vous, docteur, ont suivi la bataille de Glozel n'ont jamais douté!

(1) Vid. sobre este punhal *Trabalhos da S. P. A. E.*, n.º 4, vol. V, p. 391. (N. da R.).